



# “Re-tratos” da velhice, em situação de rua: compreendendo vozes em condição de vulnerabilidade social

*“Portraits” of old age, in a street situation: understanding voices in conditions of social vulnerability*

WÂNIER RIBEIRO

Psicóloga clínica, com ênfase em análise compreensivo-hermenêutica e existencial; especialista em psicologia clínica e saúde mental; doutora em educação, com área de concentração em promoção de saúde; pedagoga; professora e supervisora de estágios em Psicologia clínica e projetos de extensão, orientadora do projeto “Re-tratos da velhice em situação de rua”, da Faculdade Arnaldo Jansen/Belo Horizonte-Minas Gerais  
wanierribeiro@gmail.com

DENISE SALIM PAES

Psicóloga clínica e advogada; pós-graduação em psicologia da educação; mestre em educação, com ênfase em envelhecimento. Coordenadora e professora do curso de Psicologia, da Faculdade Arnaldo  
coordenacaopsicologia@faculdadearnaldo.edu.br

## RESUMO

Este trabalho versa sobre resultados do projeto de extensão *“Re-tratos” da velhice, em situação de rua*, realizado no primeiro e segundo semestres de 2022, por uma equipe transdisciplinar de estudantes do 1º e 2º períodos dos cursos de Psicologia, Direito, Gastronomia, Administração e Veterinária, e a professora orientadora, do curso de Psicologia, da Faculdade Arnaldo Jansen/B.H. O trabalho atrelou-se à perspectiva de curricularização da extensão universitária (2018) e aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas/ONU (2019), os quais propõem “um trabalho conjunto de toda a sociedade, para um mundo mais justo, igualitário e sustentável”, tendo-se como um dos seus 8 eixos temáticos as “Vulnerabilidades sociais e políticas de enfrentamento”. O projeto objetivou retratar as realidades de vida vivenciadas por idosos em situação de rua, por meio de suas próprias vozes. A abordagem metodológica foi qualitativa, lançando-se mão do estudo de caso e da pesquisa-ação. Participaram 9 idosos com 60 anos



### UNIDADE FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça João Pessoa, 200 | Funcionários  
Belo Horizonte | MG | 30140-020  
☎️ 31 3524.5000

### UNIDADE ANCHIETA:

📍 Rua Vitorio Marçola, 360 | Anchieta  
Belo Horizonte | MG | 30310-360  
☎️ 31 3524.5204

### UNIDADE PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12 | Olhos D'Água  
Belo Horizonte | MG | 30390-200  
☎️ 31 4009.0994

ou mais ou ainda incompletos, dada a velhice precoce, em situação de rua. O recorte priorizou que eles deveriam ter estado ou estar alocados no entorno do Campus da Faculdade Arnaldo – Bairro Funcionários - Zona Sul da capital. Contou-se com o apoio do Centro de Valores da Faculdade Arnaldo, para o contato e articulação de ações com o público-alvo, bem como com a parceria da Pastoral do Povo da Rua, da Arquidiocese de Belo Horizonte. O conceito de vulnerabilidade social adotado sugeriu que ela não seja inerente a determinadas pessoas ou grupos, isto é, não é definida por marcadores identitários, ao contrário, diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser alteradas, levando-se em consideração a gama de aspectos envolvidos: sociais, econômicos, políticos, culturais, subjetivos, demográficos etc (AYRES *et al*, 2003). Utilizou-se, ainda, como contribuições teórico-metodológicas o viés compreensivo-hermenêutico enfatizado por Dilthey (2008); o construcionismo salientado por Gergen & Gergen (2010), fundamento constitutivo do quadro de referência dos Direitos Humanos; e a fenomenologia social interpretativa de Schutz (2018). Mostrou-se fundamental o conhecimento das realidades vividas pelo idosos em situação de rua, por meio de suas vozes, as quais anunciaram e denunciaram que a sobrevivência humana digna, ou seja, que a dignidade humana, para além de ser resguardada pela Constituição Federal, Estatutos e Decretos, deva ser concretizada por meio das políticas públicas efetivas, capazes de minimizar o sistema de desigualdade e exclusão social.

**Palavras-chaves:** Velhice, situação de rua, vulnerabilidade social.

#### ABSTRACT

---

*This work deals with the results of the extension project “Portraits” of old age, in a homeless situation, carried out in the first and second semesters of 2022, by a transdisciplinary team of students from the 1st and 2nd periods of the courses in Psychology, Law, Gastronomy, Administration and Veterinary Science, and the guiding professor of the Psychology course at Arnaldo Janssen College/B.H. The work was linked to the perspective of curricularization of university extension (2018) and the objectives of sustainable development (SDGs) established by the United Nations/UN (2019), which propose “a joint work of the whole society, for a more just, egalitarian and sustainable world”, having as one of its 8 thematic axes the “Social and political vulnerabilities of confrontation”. The project aimed to portray the realities of life experienced by elderly people living on the streets, through their own voices. The methodological approach was qualitative, making use of case studies and action research. Participants were 9 elderly people aged 60 years or over or still incomplete, given their early age, living on the streets. The cut prioritized that they should have been or be located around the Campus of Faculdade Arnaldo – Neighborhood Employees – South Zone of the capital. It had the support of the Centro de Valores da Faculdade Arnaldo, for contact and articulation of actions with the target public, as well as a partnership with the Pastoral do Povo da Rua, of the Archdiocese of Belo Horizonte. The concept of social vulnerability adopted suggested that it is not inherent to certain people or groups, that is, it is not defined by identity markers, on the contrary, it concerns certain conditions and circumstances, which can be changed, taking into account the range of aspects involved: social, economic, political, cultural, subjective, demographic, etc. (AYRES *et al*, 2003). The understanding-hermeneutic bias emphasized by Dilthey (2008) was also used as theoretical-methodological contributions; the constructionism highlighted by Gergen & Gergen (2010), constitutive foundation of the frame of reference of Human Rights; and Schutz's (2018) interpretative social phenomenology. Knowledge of the realities experienced by the elderly living on the street, through their voices, which they announced and denounced that dignified human survival, that is, that human dignity, in addition to being protected by Federal Constitution, Statutes and Decrees, must be achieved through effective public policies, capable of minimizing the system of inequality and social exclusion.*

**Keywords:** *Old age, homelessness, social vulnerability.*

**Agradecimentos**

*A todas e todos que se envolveram com o projeto “Re-tratos” da velhice, visando dar eco às vozes de pessoas idosas, em luta por dignidade humana:*

Faculdade Arnaldo Janssen

Equipe do Centro de Valores

Equipe da Pastoral do Povo da Rua-Arquidiocese de Belo Horizonte

Estudantes da Faculdade Arnaldo, que demonstraram entusiasmo e energia, na caminhada.

Aos/às participantes – público-alvo – do projeto: Sra.C, Sra. Xx, Sr. N; Sr. T; Sr. W; Sr. J.R; Sr.I; Sr. Yy; Sr.W.



*“A vida na rua não é fácil não, a vida na rua é pra quem pode e não pra quem quer. A gente tem que escapar da fome; da sede; do frio; da insegurança; de ladrão; do calor; daquele olho de preconceito da cor e da pobreza, da maioria do povo que passa olha e não vê a gente como gente; das doenças; dos ratos, que disputa nossa comida; de baratas; de sujeira. A gente aprende a driblar isto tudo e muito mais. A gente só não dribla a idade, porque a idade para o povo da rua chega bem mais cedo. **A vida na rua é uma realidade morta, a velhice chega antes de você viver.** Então, a gente fica acabado mais cedo, sem força, olha aqui minhas pernas, a dificuldade que tenho. Na rua a gente fica velho depressa e é bom as autoridades saber disso porque velho dá problema e eles vão ter que cuidar é de muita gente nova que ficou velha, antes do tempo, e o pior é que a gente sem trabalho fixo não aposenta. Eu vou morrer antes disso acontecer pra mim”. (Sr. N- Ocupação Anita Santos-Maio 2022).*

*Imagem e fala autorizadas.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se registrado um aumento considerável da população idosa, num sentido global, sendo proporcional o aumento do número de idosos em situação de rua. Não por acaso a Organização da Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 a Era do Envelhecimento. No Brasil, a projeção de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) estima que daqui a 40 anos, pelo menos, um quarto da população será de idosos com mais de 65 anos.

Os idosos em situação de rua vivenciam vulnerabilidade social extremada, demarcando a complexa dimensão da problemática e anunciando a importância do fortalecimento de políticas governamentais de enfrentamento bem como de ações da sociedade civil, junto a estes sujeitos que, maioria das vezes, estão invisíveis para a sociedade (BRASIL, 1996).

As Políticas Públicas Brasileiras ao criarem ações, especialmente, por meio da Coordenação Geral dos Direitos da Populações em Situação de Risco (CGRIS) minimizam, de algum modo, a complexa situação vivida por tal população. No entanto, é factível que a estrutura governamental, ainda, não comporte a demanda, que vem crescendo estatisticamente.

Segundo o Decreto n. 7.053 de 23/12/2009, que reza sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em seu parágrafo único,

“considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para permite temporário ou como moradia provisória”.

O levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 2020, registrou 222 mil pessoas, em situação de rua, no Brasil, tendo um aumento de 140% entre 2012 e 2020, sendo utilizados para a pesquisa, dados do Cadastro único do Governo Federal (CadÚnico) e do Censo Anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que compilam dados das secretarias municipais. Tal índice, segundo o levantamento, tende a aumentar com a crise econômica, acentuada pela pandemia da Covid-19.

O relatório técnico científico elaborado pela UFMG; PADHu (2021) sobre dados

referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil aponta 160.097 pessoas em situação de rua, cadastradas no CadÚnico, em março de 2021. Em Minas Gerais 18.959 pessoas estão cadastradas, sendo 8,71% pessoas idosas, acima de 60 anos. O relatório descreve como preocupante o fato de que a capital mineira tenha apenas 64% das pessoas com cadastros atualizados, nos últimos 24 meses, período este de agravamento das condições sanitárias e humanitárias vivenciado com a pandemia COVID-19, sendo que isto implica, também, menos acesso aos programas sociais como o bolsa família e o auxílio emergencial. Em Belo Horizonte, o cadastro totaliza 8.840 inscritos, sendo 8,25% de idosos. O documento, ainda, destaca a precariedade de dados de pesquisas longitudinais sustentáveis sobre o perfil de tal população, o que dificulta uma compreensão global de suas condições biopsicossociais.

Neste sentido, como abordam Vieira *et al* (1992) além da omissão política em relação à realização de um censo periódico e estruturado dessa categoria social, há, também, as dificuldades em fazê-lo, devido, especialmente, à grande mobilidade espacial e social dessa população. Estes dados apontam para o complexo contexto de experiências vivenciado pelos idosos, em situação de rua, confirmando a importância de estudos, tanto quantitativos quanto qualitativos, e intervenções, por meio de programas, que potencializem estratégias colaborativas da sociedade civil, levando-se em consideração a contextualização das demandas e necessidades vividas por este público, que atestam sobrevivência sem dignidade humana.

Ressalta-se que na Constituição Federal Brasileira de 1988 a dignidade humana é afirmada como qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, sendo determinado em seu artigo 1º que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união insolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”, tendo como fundamentos destacados nos itens II. a cidadania e III. a dignidade da pessoa humana. Assim, pode-se salientar que em relação aos idosos em situação de rua os seus direitos humanos estão resguardados, constitucionalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/1º Outubro de 2003) e pelo Decreto n. 7053 (23/12/2009), que reza sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Contudo, as pessoas em situação de rua são, cotidianamente, vítimas de

descaso e de discriminação (de raça, de cor, de gênero, de etnia etc), resultando, não raramente, em agressões, em tentativas de homicídio, em homicídios e chacinas e, também, em violações realizadas pelos próprios agentes públicos, no exercício de suas funções, o que realça as condições de vulnerabilidade social e falta de dignidade humana, vividas por tal população (CNDDH, 2015).

O conceito de vulnerabilidade social remete a uma gama de olhares e compreensões, que privilegiam desde contextos sociais, políticos e econômicos até aspectos de fragilidade individual, familiar e comunitária, a depender dos valores e sentidos imbuídos, sejam pelas políticas públicas ou comunidades científicas (TEDESCO & LIBERMAN, 2008).

A concepção para o trato deste projeto de extensão é a de que a vulnerabilidade social não é inerente a determinadas pessoas ou grupos, ou seja, ela não é definida por marcadores identitários (cor, raça, gênero, classe social etc.), ao contrário, diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser alteradas, levando-se em consideração a gama de aspectos envolvidos: sociais, econômicos, políticos, culturais, subjetivos, demográficos etc. Nesta perspectiva, a compreensão da intersubjetividade é posta em cena, os cenários socioculturais passam a implicar o encontro entre bens (materiais e imateriais) e serviços (programas de assistência social e de saúde), relações sociais e a trajetória de cada pessoa. Pessoa esta concebida como sujeito de discursos e de direitos (AYRES *et al*, 2003).

Isto significa dizer, como salientam Scot *et al* (2018, p.609) que a vulnerabilidade social “perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso ou dispõe e as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar.”

Tal enfoque incide sobre dimensões bastante amplas, complexas e reais, que são interconectadas, demonstrando valor potencial para a compreensão e possíveis alterações do cenário da vulnerabilidade social, vivenciada por idosos em situação de rua, posto seu fundamento estar no quadro de referência dos Direitos Humanos, que tem como um de seus fundamentos o construcionismo social. Gergen & Gergen (2010) empregam o termo construcionismo para enfatizarem a importância não nos indivíduos, mas nas relações sociais, com todas suas formas de vida cultural, como o *locus* de construção do mundo. Assim sendo, as verdades somente podem ser encontradas dentro da comunidade, no âmbito das relações, devendo as soluções

serem construídas com ações coparticipativas, horizontalizadas e inclusivas.

Neste sentido, compreende-se que os fenômenos da vida não se vinculam a um elemento causal limitado ou a verdades dadas, mas sim à conexão de sentidos históricos-temporais, que se dão situados em diversas dimensões: sociais, econômicas, culturais, psicológicas, políticas etc (DILTHEY, 2008). Daí que pareça fértil a análise e a realização das possíveis estudos e intervenções com os idosos em situação de rua com vistas a uma escuta e olhar compreensivo-hermenêuticos, dialético e antropológico-existencial.

Ainda, por este viés, mostram-se frutíferas as contribuições da fenomenologia social de Schutz (2018) que defende a ideia de que o mundo social não é dado ou predeterminado; está em constante construção por meio das ações dos agentes com os outros atores e objetos e compreende experiências que surgem em um ambiente situacional, envolvendo a presença e comunicação de diferentes subjetividades, objetos e eventos.

Tais concepções se mostram convergentes com a perspectiva do construcionismo social, defendido pelo quadro de referência dos Direitos Humanos, posto que elas lancem foco nos processos relacionais e discursivos em meio à construção social, bem como na desconstrução de verdades e do cientificismo, estando a própria verdade em constante construção.

Por este ângulo, a proposta do projeto de extensão “Re-tratos” da velhice, em situação de rua teve como objetivo retratar as realidades de vida e perspectivas de enfrentamento da vulnerabilidade social, vivenciada por idosos, em sua concretude existencial, no entorno do Campus da Faculdade Arnaldo Janssen – Bairro Funcionários/B.H, região nobre da Zona Sul. Buscou-se, assim, disponibilizar-lhes espaço para suas vozes, retratando junto a eles suas realidades e demandas, para possibilitar-lhes a ampliação da dignidade humana e o reconhecimento da garantia dos direitos à vida e da inclusão social. Teve-se como perspectiva metodológica a abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso, que consiste no aprofundamento e amplitude de uma problemática em questão; bem como a pesquisa-ação que possui estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo.

Contou-se com o apoio do Centro de Valores da Faculdade Arnaldo Janssen, para o contato e articulação de ações com o público-alvo, uma vez que tal setor realiza, há muito tempo, projetos vinculados a tal população, bem como com a parceria

da Pastoral do Povo da Rua, da Arquidiocese de Belo Horizonte.

O projeto articulou-se à perspectiva de curricularização da extensão universitária (2018) e aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas/ONU (2019), os quais propõem “*um trabalho conjunto de toda a sociedade, para um mundo mais justo, igualitário e sustentável*”. Dentre os objetivos propostos pela ONU, para até 2030, está a redução das desigualdades, por meio do empoderamento de grupos em condições de vulnerabilidade social, com vistas à inclusão social. Assim, tal projeto esteve atrelado aos objetivos do desenvolvimento sustentável que trazem como um dos seus 8 eixos temáticos as “Vulnerabilidades sociais e políticas de enfrentamento”.

Os resultados aqui trazidos do projeto de extensão “Re-tratos da velhice, em situação de rua” são referentes ao primeiro e segundo semestres de 2022, o qual envolveu os alunos do 1º período e 2º períodos dos cursos de Psicologia, Direito, Gastronomia, Administração/Gestão Tecnológica e Veterinária, com vistas a uma perspectiva transdisciplinar. O nível de complexidade dos objetivos específicos e das atividades desenvolvidas esteve relacionado às competências e habilidades dos alunos, conforme o período cursado.

## 2 DELINEAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 Sobre o envelhecimento e a condição de vulnerabilidade social

Nas últimas décadas observou-se um nítido processo de envelhecimento demográfico, num sentido global. No Brasil, a projeção de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) estima que daqui a 40 anos, pelo menos um quarto da população será de idosos com mais de 65 anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 a Era do Envelhecimento. Estes aspectos se mostram importantes de consideração para que sejam criadas e/ou potencializadas tanto pelos órgãos públicos quanto pela sociedade civil ações de cuidado com os idosos, especialmente, aqueles em situação de extrema de vulnerabilidade social, como é o caso dos idosos em situação de rua (BRASIL, 1996).

Em função do envelhecimento acelerado da população brasileira e da evidência de demandas específicas para tal fenômeno, o governo criou a Política Nacional do

Idoso, instituída por meio da Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. A lei, que tem como importante significado um avanço social, já que o tema, até então, era tratado de forma fragmentada ou restrita à esfera da família, visa, teoricamente, a evitar a exclusão da população idosa do processo de desenvolvimento do país e de seus eventuais benefícios (BRASIL, 1996). O documento propõe uma readequação da rede de serviços; a reformulação de currículos universitários, para constituir saberes acerca da temática; o desenvolvimento do turismo e do lazer, a assistência social integral ao idoso, dentre outras medidas (BRASIL, 1996).

Apesar do avanço legal, a discussão que se tornou comum na sociedade brasileira em relação ao envelhecimento diz respeito, especialmente, ao impacto e ao ônus da população idosa nas políticas públicas. O velho é visto como sinônimo de aumento dos gastos tanto no setor previdenciário quanto de saúde. O envelhecimento em situação de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade social extremada, como é o caso de idosos em situação de rua ou de processo de rualização, se apresenta, atualmente, de modo ainda mais desafiador e complexo, na sociedade brasileira, no que diz respeito às políticas de atenção, especialmente, por parte do Estado, bem como das ações de enfrentamento por organizações da sociedade civil e entidades religiosas, que se disponibilizam a se envolver com a atenção a tal público.

O processo de rualização, como é chamado por alguns autores, indica uma concepção oposta à ideia de achar que os sujeitos “são da rua”, compreendendo-o como um processo social, configurado por múltiplos condicionantes, no espaço e tempo sócio-histórico. Para este processo ser interrompido necessita de ações preventivas e intervenções, potencializando a efetividade das ações para a reversão ou minimização da vulnerabilidade social, especialmente, quando o tempo de estada ainda é curto (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

O conceito de vulnerabilidade e em específico de vulnerabilidade social, como salientam Tedesco & Liberman (2008), remete a uma gama de olhares e compreensões, que privilegiam desde contextos sociais, políticos e econômicos até aspectos de fragilidade individual, familiar e comunitária, a depender do valores e sentidos imbuídos pelas políticas públicas e comunidades acadêmicas.

Pizarro (2001) considera esta problemática nas políticas públicas sociais e no universo acadêmico da América Latina, apontando para a multiplicidade de entendimentos do conceito, bem como para seu processo complexo de construção

que se origina na área dos direitos humanos e que se expande, posteriormente, na década de 80, para o campo da saúde com os trabalhos realizados sobre AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - na Escola de Saúde Pública de Harvard, estendendo-se para os demais países.

Como atestam Carmo e Guisardi (2018) o conceito de vulnerabilidade social é multifacetado e abrange diversos campos do conhecimento. As produções teóricas nas políticas públicas de assistência social e de saúde evidenciam uma elaboração em processo, contudo, articulada a uma multiplicidade de aspectos que determinam o fenômeno. Embora, o conceito venha sendo delineado por diversos pontos de partida e enfoques, o ganho é que, hoje, ele é considerado para além da destituição de um estado de privação de recursos monetários. Tal perspectiva vem sendo difundida por organismos nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL.

Apesar de que o tema já venha sendo estudado por cientistas sociais há bastante tempo, sua emergência se dá a partir dos anos 90, com o esgotamento da matriz analítica da pobreza, a qual se restringia às questões econômicas e trazia, em seu bojo, não a compreensão dos determinantes sociais do processo de empobrecimento, mas os indicadores de carências de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Nesta concepção delineava-se os “grupos de riscos” na sociedade, com uma visão fatorialista e focalizada no “indivíduo”. Como apontam Guareschi *et al* (2007) o conceito de risco relaciona-se a marcadores, tais como comportamento e populações específicas, generalizando e individualizando certa condição, colocando-a na esteira de biopolíticas centradas em marcadores identitários. Tal concepção substitui o conceito de pessoa por indivíduo biológico-comportamental, naturalizando e legitimando o caráter subjetivo, além de estar vinculada à perspectiva de probabilidade e previsão.

Neste sentido, como Ayres *et al* (2003) salientam as análises de vulnerabilidade não prescindem de análises epidemiológicas de risco, entretanto, é fundamental a preocupação de se atribuir sentidos e significados sociais concretos às variáveis utilizadas, para que tais categorias analíticas abstratas não sejam incorporadas sem as necessárias mediações ao desenho de práticas de intervenções. Importante se faz salientar, então, que análises de risco e de vulnerabilidade são, de algum modo, inversas, posto que as primeiras são dadas pela racionalidade analítica, necessitando

que os fenômenos estudados sejam partidos, isolados, categorizados; já as segundas visam a racionalidade sintética, privilegiando a construção de significados e sentidos e a agregação da multiplicidade de elementos que contribuam para que os fenômenos sejam compreendidos como uma totalidade dinâmica e complexa.

Num sentido mais amplo da concepção, Kaztman (2001), por exemplo, aponta que a vulnerabilidade social implica a dificuldade do acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, o que resulta em desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos cidadãos. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades implicam um aumento das situações de desproteção e insegurança, colocando em relevo os problemas de exclusão e marginalidade. Considera-se, por este ângulo, que a vulnerabilidade social é um conceito que envolve múltiplas e complexas dimensões, que dizem respeito à condição de pessoas ou grupos em situação vulnerável, tornando-os expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Tais dimensões necessitam ser tratadas de modo indissociável, considerando que a vulnerabilidade social se relacione diretamente com a situação de pobreza, mas que há outros aspectos, também, centrais como ciclo de vida familiar, escolaridade e as relações sociais das pessoas.

Por esta perspectiva, também, mais complexa, Pizarro (2001) salienta que há dois componentes importantes relacionados à vulnerabilidade social, sendo eles: a) a insegurança e incerteza das comunidades, famílias e indivíduos em relação às suas condições de vida, devido à significativa instabilidade de natureza socioeconômica; b) os recursos e estratégias que as famílias e indivíduos utilizam para o enfrentamento dos efeitos dessa instabilidade que são insuficientes. Os recursos para o enfrentamento das situações de risco, segundo seu ponto de vista, devem ser compreendidos e analisados no contexto dos padrões de mobilidade e integração social, já que eles definem as estruturas de oportunidades em cada momento na sociedade.

Ayres et al (2003) apontam que com o deslocamento da objetivação da vulnerabilidade social do campo da AIDS e da saúde para a esfera da vida social, da educação, do trabalho, das políticas públicas em geral, o conceito passa a se referir às condições de vida e suportes sociais, e não à conduta, como caracterizava o conceito de risco. A vulnerabilidade social ao ser compreendida a partir de diversos

condicionantes não é posta como essência, ou seja, não é inerente a determinadas pessoas ou grupos, ao contrário, diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser alteradas, levando-se em consideração a gama de aspectos envolvidos: sociais, econômicos, políticos, culturais, subjetivos, demográficos etc. Nesta perspectiva, a compreensão da intersubjetividade é posta em cena, os cenários socioculturais passam a implicar o encontro entre bens e serviços, relações sociais e a trajetória de cada pessoa, concebida como sujeito de discursos e de direitos. Deve-se levar em consideração, então, para a análise da vulnerabilidade as seguintes dimensões: a) individual, ou seja, relativa aos aspectos subjetivos, que envolvem a trajetória pessoal: crenças, atitudes, valores, interesses, sentidos, significados, percepções, capacidades, relações interpessoais, efetivo-emocionais, situação física etc ; b) social: aspectos tais como acesso à estrutura jurídico-política e as diretrizes governamentais dos países, emprego, salário, as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre gerações, as atitudes diante da sexualidade, as crenças religiosas, a pobreza etc.; c) programática ou institucional: como as instituições, especialmente as de saúde, educação, bem-estar social e cultura, atuam como elementos de garantia ou não de emancipação cidadã dos sujeitos (AYRES et al, 2003).

Como atestam Ayres *et al* (2003 ) para que se possa desenvolver estratégias sustentáveis e efetivas de enfrentamento da vulnerabilidade social é mister conceber o plano das suscetibilidades socialmente configuradas; a atitude construcionista, que envolve saberes e experiências compartilhadas de sujeitos e interventores; a busca de resposta social por meio dos próprios sujeitos sociais afetados. A proposta de alterações das condições limitadoras se mostra imprescindível, por meio da compreensão dos bens e serviços disponíveis, da qualidade dos laços sociais, das condutas e ações que pessoas, famílias e grupos constituem para lidar com a situação vulnerável, na qual se encontram.

Considera-se, assim, que a vulnerabilidade social, por ser uma condição em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades colocadas pela sociedade, se mostra indiretamente proporcional à de mobilidade social. Isto porque as possibilidades que pessoas em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação na inscrição social. A vulnerabilidade se constitui, deste modo, na insuficiência e/ou inadequação para suprir

as demandas e assegurar os direitos sociais, tais como: educação, trabalho, saúde, moradia, participação, alimentação dentre outros, os quais possibilitem a ruptura com normas violentas e promova a melhor qualidade de vida e bem-estar social.

Isto significa dizer, como salientam Scot *et al* (2018, p.609) que a vulnerabilidade social “perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso ou dispõe e as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar”.

Construir um marco referencial da vulnerabilidade social revela-se um desafio, como coloca Monteiro (2011), já que a temática se encontra em produção de saberes e ao mesmo tempo é pressuposto para avaliação e alcance de programas e políticas do Estado, bem como de ações da sociedade civil. Os enfoques aqui tratados ao incidirem sobre dimensões bastante amplas, complexas e reais demonstram possuir valor potencial para a compreensão e possíveis alterações do cenário da vulnerabilidade social vivenciada por idosos em situação de rua, posto seu assento estar no quadro de referência dos Direitos Humanos, que tem como um de seus fundamentos o construcionismo social. Gergen & Gergen (2010) empregam o termo construcionismo para enfatizarem a importância não nos indivíduos, mas nas relações sociais, com todas suas formas de vida cultural, como o *locus* de construção do mundo. Isto implica dizer, como acentua Schutz (2018), que as verdades somente podem ser encontradas na comunidade, por meio da compreensão das ações dos sujeitos no mundo social, tendo-se como referência as relações intersubjetivas que se inscrevem nas experiências cotidianas.

Ainda, como ressalta Dilthey (2008), compreender a vida humana significa compreender o humano como entidade histórica e não como uma substância, sendo o enigma da vida não apenas questões do intelecto ou de representações, mas aspectos da vida que se apresentam em luta dentro do coração humano. Tem-se, assim, que o compreendido não é apenas a literalidade das palavras em seu sentido objetivo, mas, também, e especialmente, a individualidade de quem fala, como autor (a), sendo fundamental retroceder à gênese das ideias para que paralelamente à interpretação gramatical aconteça a interpretação psicológica.

## 2.2 A construção social da velhice

Retratar as realidades de vida e perspectivas de idosos em situação de rua remete à necessidade do entendimento, também, sobre o modo pelo qual a sociedade constrói valores e conceitos relativos à velhice de modo geral e, em específico à velhice, em situação de rua. Por este viés, como ressalta Debert (1999), sendo a velhice uma das categorias criada pela produção e reprodução da vida social, o modo pelo qual a vida é periodizada e o tipo de sensibilidade investida na relação entre as diferentes faixas etárias constituem uma dimensão central para se compreender tais formas de produção e reprodução, para além do dados demográficos. Na contemporaneidade a juventude é entendida como um bem e um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, por meio da adoção de formas de consumo e de estilos de vida, havendo, assim, uma espécie de privatização da velhice. A velhice, então, como aponta Elias (1987), se tornou um segredo desagradável, que não se pretende conhecer e para a qual encontra-se formas, cada vez mais sofisticadas, de negar sua existência.

Como coloca Beauvoir (1990) tratar a temática da velhice requer “quebrar a conspiração do silêncio”, posto que a sociedade do consumo, fundada nos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como “párias”, ou seja, como “excluídos” ou “impuros”. O que dirá sobre os velhos em situação de rua! Por esta concepção os velhos por não constituírem força econômica, ficam destituídos de valer seus direitos e desautorizados de desejos, sentimentos e reivindicações, restando-lhes, quando muito, em algumas culturas, a serenidade e sapiência, devido as experiências vividas.

O envelhecimento, segundo Beauvoir (1990), é um fenômeno natural e processual, ou seja, um processo da vida, que se inicia no útero e termina com a morte. Neste sentido, envelhecemos porque vivemos! Posto assim, o processo de envelhecimento contém, em si, a fase da velhice, dentre as demais, ou seja, a infância, a adolescência, a juventude e a adultez. A qualidade de vida, de modo geral, e, conseqüentemente, a qualidade do envelhecimento estão imbricadas com a visão de mundo dos sujeitos e da sociedade, a qual pertencem, bem como com o estilo de vida de cada um. A velhice, por sua vez, não é tão fácil de ser definida, posto que seja um fenômeno biológico, psicológico e social. E, não sendo um fato estático, é o resultado do prolongamento do processo de envelhecimento, que em si é irreversível.

Beauvoir (1990) ressalta, ainda, que em muitas sociedades define-se o velho como uma “exis” (aquele que existe), mas não como uma práxis, salvo exceções. Os

velhos que, apesar da idade, ainda produzam algo são considerados extraordinários para a idade, reafirmando e reproduzindo a concepção deteriorada da velhice. Assim, vê-se que o tempo é aquilo que determina e conduz o sujeito ao seu fim – à morte – o que não foi estabelecido por ele como um projeto. Aparece o velho, mediante esta concepção, como uma “espécie estranha”, que os sujeitos ativos (em suas práxis) não reconhecem para si, por um modo, talvez, de autodefesa, posto que todos os humanos estão sujeitos à condição do envelhecimento.

Torna-se importante sublinhar, como afirma Debert (1999), que os critérios e normas da idade cronológica colocados, pelas esferas social e científica, podem ser eficientes apenas quando o ideário da igualdade e liberdade é colocado em ação e não porque esse ideário esteja em sintonia com o aparato cultural, que domina o consenso sobre os estágios de maturidade, não levando em consideração, muitas vezes, as particularidades sociais e culturais dos grupos identitários. A exemplo disto a fala do Sr.N, de 56 anos, participante do projeto, pode ilustrar tal aspecto. Note-se que apesar dele ter 56 anos ele foi convidado a participar porque a situação de rua irrompe as normas da idade cronológica na demarcação da velhice.

A vida na rua é uma realidade morta, a velhice chega antes de você viver. Então, a gente fica acabado mais cedo, sem força, olha aqui minhas pernas, a dificuldade que tenho e, ainda , não cheguei aos 60. Falta pouco, mas pareço que tenho muito, mas muito mais. A gente fica velho depressa e é bom as autoridades ficarem sabendo disto, porque velho dá muito problema, principalmente se não é cuidado pelos governantes.”

As tendências, em cada período histórico-social, de tratar a velhice seja como uma fase de perdas ou de novos começos e oportunidades a serem aproveitadas, para a exploração das identidades, demarcam a precariedade dos mecanismos que a sociedade e as pessoas, em particular, dispõem para lidar com os problemas da idade avançada. Tratar a velhice, numa perspectiva sócio-crítica, como comenta Debert (1999) é acessar modos privilegiados para dar conta de compreender as mudanças culturais, no tempo e no espaço, relativas às reproduções de uma dada sociedade, para que a “gestão da velhice’ não caia em amarras, às vezes, até já exauridas.

Os estudos sobre a velhice, de modo geral, são recentes, diga-se de passagem, por exemplo, que o interesse da psicologia pela velhice é relativamente

novo, uma vez que a expansão sistematizada da Gerontologia tenha ocorrido no final da década de 1950, em virtude, principalmente, do rápido crescimento do número de pessoas idosas no mundo, a partir deste período. Iniciou-se em 1928 as primeiras pesquisas sobre a velhice, enfocando-se tópicos como: aprendizagem, memória e tempo de reação. Contudo, até 1940, raros foram os estudos sobre a vida adulta e a velhice, ao contrário do desenvolvimento e consolidação da psicologia da infância e da adolescência, nesta mesma época (BALTES, 1995). Assim, como ressalta Baltes (1995), um dos grandes desafios enfrentados pela psicologia do envelhecimento foi conciliar os conceitos de desenvolvimento e envelhecimento, que eram tratados, tradicionalmente, como opostos, não apenas pela sociedade e a família, mas, também, pelos cientistas e estudiosos, já que se considerava a velhice como um período sem desenvolvimento.

Para Schneider & Irigaray (2008) as concepções de velhice são resultado de uma construção social e temporal realizadas no seio da sociedade, desde os primórdios, em meio aos seus valores e princípios próprios, sendo estes atravessados por questões dialéticas multifacetadas e multidirecionadas. Os valores, desde a mais remota história das sociedades, implicam desde a concepção da velhice como um estatuto de grandiosidade, respeito, sabedoria e virtude até como de decadência, improdutividade, perda e peso na vida de terceiros.

As associações negativas relacionadas à velhice atravessam séculos e, ainda hoje, mesmo mediante aos avanços na área da saúde para prevenir doenças e/ou retardá-la, é temida por muitos e, diversas vezes, vista como uma etapa detestável ou, como aponta Elias (1987), “um segredo desagradável”, sem intenção de conhecê-lo, daí a busca, cada vez mais intensa, de negá-la, por meio de recursos e tecnologias.

A juventude eterna e a imortalidade são sonhos míticos da espécie humana, desde tempos remotos, sendo a procura da fonte da juventude um assunto registrado desde os mais antigos escritos. A velhice, a partir da segunda metade do século XIX, com a força do capitalismo e com o avanço das ciências e das tecnologias, passa a ser tratada como uma fase da vida caracterizada, especialmente: a) pela decadência física e de papéis sociais, já que o avanço da idade é associado à perda da tão cotejada “jovialidade eterna”, b) e pelo processo de dependência física e psicológica, o que envolve o cuidado de terceiros (DEBERT, 1999).

Na contemporaneidade, desemboca-se uma avalanche de termos para se referir à fase da vida, anteriormente, chamada de velhice, numa tentativa de atender

aos aspectos ideológicos subjacentes aos interesses socioeconômicos e políticos. Entre eles os mais comuns são terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso, meia-idade, maturidade, idade maior, idade madura (NERI & FREIRE, 2000). A existência dessa multiplicidade de termos para nomear a velhice revela o quanto o processo de envelhecimento é complexo e, muitas vezes, negado e/ou temido, havendo clara existência de preconceitos, tanto por parte da pessoa idosa quanto da sociedade. A exemplo da complexidade tem-se que o termo “terceira idade”, tão em voga, atualmente, teve sua origem na França, na década de 1960, sendo utilizado para as pessoas que se aposentavam a partir dos 45 anos de idade. Assim, designava a faixa intermediária entre a vida adulta e a velhice. Conforme salientam Neri & Freire (2000) tal termo indica preconceito ao sinalizar que aquele que estava na terceira idade, ainda, não era velho e isto é referente, também, aos tempos atuais.

Em contrapartida, o termo fornece uma construção assertiva do período da vida que concerne aos 60 anos ou mais, sendo esta a a idade que a Organização das Nações Unidas - ONU - define como o início da velhice nos países em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos.

Na mesma direção ideológica o termo “idoso” foi adotado para caracterizar a população envelhecida em geral, sendo substituídos os “problemas dos velhos” para as “necessidades dos idosos” (PEIXOTO, 1998). Neri & Freire (2000), ainda, consideram que, também, a substituição dos termos velho ou velhice por “melhor idade”, “idade maior”, “idade madura” etc já indicam preconceitos, pois, ao contrário, estas substituições não seriam necessárias.

Não obstante, percebe-se que a velhice esteja mais intimamente relacionada às lutas de classes que aos conflitos de gerações, como considera Beauvoir (1990). Ao velho é reservada a minimização das relações interpessoais e conforme o esgotamento da produtividade partilha-se o seu lugar de exclusão na sociedade, com outros grupos como: mulheres, negros, índios, pessoas com deficiências.

Para compreender o período da velhice há um consenso entre os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento que afirmam que somente o critério etário não seja suficiente para delinear o último curso de desenvolvimento da vida, pois o fenômeno se dá mediante a uma gama de fatores tanto endógenos quanto exógenos, envolvendo, então, as esferas tanto fisiológica e psicológica quanto social, histórica e cultural, as quais se entrelaçam e se dão de modo simultâneo (GÓMEZ,

2002).

De qualquer modo, independentemente da existência dos inúmeros termos utilizados para denominar a fase da vida de 60 anos ou mais, não se pode negligenciar que a velhice se constitua numa fase do desenvolvimento humano tão importante quanto as demais, necessitando cuidados, especialmente, do Estado, por meio de planejamento e operacionalização das políticas públicas; mas, também, de ações das entidades civis, religiosas e científicas, haja vista o crescente percentual de idosos, nas últimas décadas e a precariedade econômica que atravessa as políticas do Estado.

Estes aspectos relativos à velhice estão sendo ressaltados porque ao se propor uma ação que dê voz aos idosos em situação de rua, ou seja, que esta população não seja invisível à sociedade é mister que ela possua um viés crítico-social, para que se possa potencializar os sujeitos e não, ao contrário, segregá-los por meio de reproduções de modelos e valores. Se envelhecer em condições sociais sustentáveis se constitui, parafraseando Elias (1987), num “segredo desagradável”, para boa parte das pessoas, na contemporaneidade, o envelhecer em condições de vulnerabilidade social extremada, como é o caso de idosos em situação de rua, parece, ainda, mais desafiador. E, nas vozes dos próprios idosos e idosas tal questão é, ainda, mais complexa quando eles e elas são negros, mulheres ou LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais), dado o preconceito vivenciado.

### 2.3 “Re-tratando” o cenário da velhice em situação de rua: um pequeno recorte

A população idosa em situação de rua se constitui como público de vulnerabilidade social extrema, posto que tendo a rua como espaço de sobrevivência não possui possibilidades mínimas de cuidados, necessários às próprias condições biopsicossociais do envelhecimento. Como retratado no documento da Política para a População de Rua (2020) tais pessoas vivenciam “não só a pobreza social, mas, também a pobreza biológica”, lutando pela sobrevivência todos os dias de suas vidas.

Como consideram Bretas *et al* (2010) a rua como um ambiente inóspito não assegura condições básicas de sobrevivência humana, o que interfere diretamente na saúde mental das pessoas que nela vivem. O cotidiano da vida na rua impõe buscas de sobrevivência, dependendo os sujeitos dos outros ou de instituições de apoio para

assegurarem os cuidados mínimos de higiene pessoal e de alimentação. Especialmente, em relação aos idosos em situação de rua há, segundo relatos deles, o esgotamento precoce de seu poder de escolha e autonomia, dadas as próprias condições minimizadas de capacidades físicas, para ir e vir com seus pertences pela rua, bem como para cuidar de si e para usufruir de sua saúde. E, isto se dá em função de que ser idoso em situação de rua significa conviver com a violência diária tanto física quanto psicológica; com as intervenções, muitas vezes, desumanas e arbitrárias policiais; com as negligências da atenção biopsicossocial; com a ausência de políticas públicas eficazes; aspectos estes impostos pela exclusão social (CNDDH, 2015).

Ressalta-se que na Constituição Federal Brasileira de 1988 a dignidade humana é afirmada como qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, sendo determinado em seu artigo 1º que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união insissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”, tendo como fundamentos destacados nos itens II. a cidadania e III. a dignidade da pessoa humana. Assim, pode-se salientar que em relação aos idosos em situação de rua os seus direitos humanos estão resguardados, constitucionalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/1º Outubro de 2003) e pelo Decreto n. 7053 (23/12/2009), que reza sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Contudo, as pessoas em situação de rua são, cotidianamente, vítimas de descaso e de discriminação (de raça, de cor, de gênero, de etnia etc), resultando, não raramente, em agressões, em tentativas de homicídio, em homicídios e chacinas e, também, em violações realizadas pelos próprios agentes públicos, no exercício de suas funções, o que realça as condições de vulnerabilidade social e falta de dignidade humana, vividas por tal população (CNDDH, 2015).

Ferreira e Machado (2007) apontam quatro grandes grupos de fatores que motivam esses sujeitos a fazerem da rua seu principal espaço de referência: experiências de violências físicas, sexuais, domésticas e psicológicas; abuso e dependência de drogas; desemprego ou trabalhos precários e instáveis; e problemas de saúde, especialmente relacionados a doenças não aceitas socialmente, como a AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- e hanseníase. Os autores consideram que tais fatores possam ser identificados de forma isolada ou combinada

e que nem sempre são fáceis de identificar, incidindo sobre os rompimentos familiares e saídas de casa por longos períodos ou definitivamente.

A dimensão complexa da problemática atual referente à população em situação de rua enseja o fortalecimento de políticas e programas governamentais de enfrentamento, bem como de ações da sociedade civil, junto a estes sujeitos, na maioria das vezes, invisíveis, para que se possa favorecer-lhes a ampliação da reconstituição da dignidade humana e o reconhecimento da garantia de direitos à vida (BRASIL, 1990).

## 2.4 Sobre um dos modos de compreender a velhice em situação de rua

As questões aqui discutidas as quais envolvem diversos aspectos apontam que os fenômenos da vida não se articulam a um vínculo causal limitado, mas sim à conexão de sentidos históricos-temporais, que se dão situados em diversas dimensões: sociais, culturais, econômicas, políticas, psicológicas, biológicas, etc. Daí que pareça fértil a análise das condições de vida e da situação de vulnerabilidade social de idosos em situação de rua por um viés compreensivo-hermenêutico e antropológico existencial.

Tal abordagem sugere, como enfatiza Dilthey (2008), não subordinar os fenômenos da vida a um vínculo causal, mediante um número limitado de elementos determinados, mas sim apurar a conexão de sentidos histórico-temporais, dada de um modo originário e constante na vivência, entendendo-se, assim, que a vida está presente em toda a parte como nexos. Desse modo, diz-se que tal hermenêutica reflete a estrutura da própria vida, o individual se compreende pelo todo, e o todo pelo individual, enquanto apreensão de sentidos. A compreensão se dá apenas no empreendimento do diálogo inter-humano, por meio de uma mediação histórico-temporal distinta, a qual busca-se os traços do que foi e é a vida em sua totalidade. Isso significa dizer que os homens vivem condições que extrapolam as leis gerais, seja da psiquê humana ou de grupos sociais, posto que são inteligíveis, complexos, mutáveis, relacionais e dotados de individualidade. A vida humana se faz, assim, em complexidade e dinâmica, constituindo-se para além de fenômenos tangíveis, uma vez que todas as experiências humanas são fundadas por seus contextos sócio-históricos e culturais e atravessados por demandas (de índole psicossocial e ontológica), interesses, necessidades (de natureza biológica), valores, preferências,

juízos, percepções.

Ainda, por este viés, considerar-se-á as contribuições da fenomenologia social de Schutz (2018) que defende a ideia de que o mundo social não é dado ou predeterminado; está em constante construção por meio das ações dos agentes com os outros e com objetos; compreende experiências que surgem em um ambiente situacional, envolvendo a presença e comunicação de diferentes subjetividades, objetos e eventos. Ressalta Schutz que a relação entre os conceitos de “vida cotidiana”, “ação” e “significação” devam ocupar lugar central na análise dos fenômenos sociais, posto que a historicidade é a dimensão constituinte da realidade social e que, portanto, há sempre um possível componente de imprevisibilidade nas ações humanas, afirmando as possibilidades de alterações nas estruturas. Decorre, daí, uma análise social interpretativa não dogmática, com ênfase no princípio de que os processos sociais são inesgotáveis, estando para além dos freios teórico-metodológicos, impostos, muitas vezes, pelo conhecimento científico.

As contribuições da fenomenologia social interpretativa de Schutz (2018) consistiram em fontenuclear, posto que se constitua numa teoria antiessencialista, cujo principal pressuposto é a rejeição de uma integral racionalidade do real. Incorre, assim, no interesse de análise das relações sociais que se dão em ação, ou seja, no fluxo de atividades sempre em vias de transformação e de concretização. A apropriação significativa das experiências cotidianas dos indivíduos, grupos e comunidade, no contexto das relações sociais, isto é, no contexto do “mundo da vida”, dizem respeito às relações, vivências e significados que são constituídos em processo, inter e intrasubjetivamente, pelas pessoas, nos contextos sócio-históricos e culturais. Deste modo, considera Schutz que as ciências que visem à interpretação da ação humana devam se debruçar na descrição das estruturas fundamentais constituídas pelo pré-reflexivo, o que significa a realidade que se mostra evidente e inquestionável para as pessoas.

O construcionismo social de Gergen & Gergen (2010), convergente com tal proposta e sendo matriz referência dos Direitos Humanos, confluiu, também, para a compreensão dos processos de desigualdade social e injustiça social, vividos pelos idosos em situação de rua, posto que a teoria defenda que as verdades se encontram dentro da comunidade, no âmbito das relações, e que soluções devam ser construídas com ações coparticipativas, horizontalizadas e inclusivas. Importa-se, também, dizer

que isto não diz respeito a excluir os protocolos e técnicas, mas que haja uma reflexão em relação a todas as ferramentas e teorias, por nós, utilizadas, já que as mesmas são construídas socialmente, dentro de uma lógica histórico-política, econômica e cultural de um tempo específico, podendo elas serem, assim, reprodutivistas/conformadoras ou transformadoras.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Propôs-se uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento da proposta, envolvendo tanto o estudo de caso quanto a pesquisa-ação.

A abordagem qualitativa se caracteriza pelo interesse em tratar as unidades sociais investigadas como totalidades subjetivas, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Há, assim, a preocupação básica de aproximação com os dados fornecidos pelos sujeitos, buscando retratar o contexto estudado da forma mais completa e concreta possível (YIN, 2016).

Desse modo, é na possibilidade de interação e diálogo, dada pelo estudo qualitativo, que reside a principal característica das ciências sociais e humanas, em geral, diferindo-a das ciências naturais. Os fenômenos são entendidos como complexos, não sendo fácil a separação entre causas e motivações isoladas e exclusivas, sendo as construções teóricas e de intervenções sempre parciais, o que depende das observações, sensibilidades, perspectivas e demandas dos envolvidos (Da MATTA, 1991).

#### 3.1 Modalidades metodológicas empregadas

**a) Estudo de caso:**

O estudo de caso consiste no aprofundamento e amplitude de uma problemática em questão, relativa a um grupo, instituição ou indivíduo (GIL, 2002). Por este viés, as histórias de vida descritas pelos idosos participantes do projeto, no primeiro semestre do projeto, puderam contribuir com um recorte daquilo que são as realidades e perspectivas vividas por eles/elas, uma vez que trouxeram, de modo concreto os “re-tratos” das dificuldades inerentes às experiências de não possuírem uma moradia convencional regular.

## **b) Pesquisa-ação**

No que tange à utilização da pesquisa-ação, esta se caracteriza, também, como elemento central do projeto de extensão, posto que, como considera Thiollent (2009), ela seja um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 2009, p.16).

Ainda, segundo Thiollent (2002) a pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução, no qual as pessoas envolvidas participam da resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados e aprendendo na ação.

Por ser a pesquisa-ação uma proposta dinâmica e atendida com as demandas e necessidades do público ela é flexível em suas etapas, avaliando-se, em conjunto com os envolvidos, o seu processo, “havendo, sempre, um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas (THIOLENT, 2009, p.51). Contudo, Thiollent (2009) propõe uma linha cronológica de ação, qual seja:

- a) Preparação do pesquisador – fase exploratória: conhecimento da temática, preparação para conhecer a realidade da comunidade, primeiros contatos com grupos e instituições;
- b) Interação do pesquisador e a comunidade;
- c) Realização de seminários entre os envolvidos, para discussão das situações-problema, planejamento e execução de ações;
- d) Elaboração do plano de ação;
- e) Coleta de dados;
- f) Sistematização das informações;
- g) Avaliação da ação;

### 3.2 Período do trabalho e estudantes envolvidos

O desenvolvimento do projeto teve início em março de 2022, envolvendo 21 estudantes, no primeiro semestre e 45 no segundo, sendo elas e eles dos cursos de Psicologia, Direito, Administração, Veterinária e Gastronomia.

### 3.3 Público-alvo e locais de referência

Abrangeu-se 5 idosos com 60 anos ou mais, além de 4 pessoas sem os 60 anos completos, isto devido a constatação, por meio de estudos publicados e, também, da realidade ressaltada pelos próprios idosos de que a velhice, quando em situação de rua, chega mais cedo, dadas às dificuldades vividas, de toda ordem: falta de alimentação adequada; comprometimentos psíquicos, abuso e dependência de álcool e outras drogas, intempéries do sol e da chuva, higiene inadequada, falta de recursos para cuidados com a saúde, dentre tantos outros fatores. Assim, como “retratou, diversas vezes o Sr. N ( 56 anos, Ocupação Anita Santos, Maio, 2022): *“A vida na rua é uma realidade morta, a velhice chega antes de você viver. Então, a gente fica acabado mais cedo, sem força, olha aqui minhas pernas, a dificuldade que tenho e, ainda , não cheguei aos 60. Falta pouco, mas pareço que tenho muito, mas muito mais.”*

Participaram 7 pessoas do sexo masculino e 2 do feminino, orientações sexuais diversas; 7 negros e 2 brancos; 5 sem o ensino fundamental completo, 2 sem escolarização; 1 com ensino médio completo e 1 com ensino superior.

Buscou-se como primeira referência de acesso aos idosos em situação de rua a parceria com o Centro de Valores, da Faculdade Arnaldo Janssen, já que tal setor desenvolve, há muito tempo, o acompanhamento humanitário, com cunho sociopolítico, a tal público. A equipe do Centro de Valores organizou momentos de encontros, para rodas de conversas, entre as pessoas em situação de rua e a equipe do projeto, em diversos locais de referência: nas ruas do entorno da Faculdade Arnaldo e em abrigos e ocupações, os quais estavam morando alguns idosos, que já haviam estado nas ruas do entorno da Faculdade. As visitas aos abrigos e ocupações se deram mediante à parceria com a Pastoral do Povo da Rua, da Arquidiocese de Belo Horizonte, intermediada pelo Centro de Valores, o que possibilitou aos estudantes o acompanhamento aos idosos.

Utilizou-se como técnica nos encontros com os idosos a entrevista semiestruturada, para se conhecer as suas histórias de vida e para, posteriormente

fazer a análise dos relatos coletados. Contudo, o roteiro semiestruturado funcionou apenas como norte e não como determinante do diálogo, que deveria ser fluído e espontâneo, individualmente ou em rodas de conversa, já que o principal interesse do projeto era abrir espaço às vozes dos participantes.

No primeiro semestre foram realizadas 4 a 5 visitas, em média, a cada idoso, nos locais de referência (ocupações, abrigos e ruas), durante as quais além de conhecer as suas histórias de vida, os estudantes puderam desenvolver outras ações de responsabilidade social, colaborando na resolução de questões práticas do cotidiano dos idosos, como orientações para se requerer uma segunda via de cpf; encaminhamento para conseguir alguma orientação jurídica gratuita, especialmente, em relação à aposentadoria; encaminhamento à psicoterapia, para o Núcleo de Psicologia Aplicada da Faculdade Arnaldo; orientação para marcação de consulta médica; ou, ainda, apenas estar disponível à escuta, como aconteceu em vários casos, em que os idosos apontavam esta necessidade.

No segundo semestre além do documentário fotográfico crítico das cenas da cidade, os estudantes tiveram a oportunidade de um contato próximo e acolhedor com as pessoas em situação de rua durante a VI Jornada Mundial dos Pobres, quando a equipe do Centro de Valores, da Faculdade Arnaldo, organizou um encontro humanitário (que é de praxe do setor), desenvolvendo-se várias atividades de acolhimento e lazer, que foram organizadas e realizadas pelos estudantes: acolhimento; café da manhã; escuta e orientações diversas, por meio de conversas individuais; almoço; jogos, distribuição de kits de higiene etc.

No primeiro semestre, além das ruas e avenidas do entorno da Faculdade Arnaldo, foram visitadas as seguintes instituições e Ocupações:

- Ocupação Irmã Fortunata: Rua Conceição do Pará, 545. Bairro Santa Inês  
Idosos acompanhados: Sr. T<sup>1</sup> (Pedreiro, servente, 50 anos; sem escolaridade); Sra. C (Exempresária, ensino fundamental, 65 anos).
- Ocupação Anita Santos: Avenida Tereza Cristina, 420. Bairro Prado

Idoso acompanhado: Sr. N (Metalúrgico/torneiro mecânico, 56 anos; ensino médio completo- técnico)

- Abrigo Pompéia: Rua Raimundo Venâncio da Silva, 29. Bairro Pompéia. Idoso

---

<sup>1</sup> Utilizou-se a primeira letra dos nomes dos participantes, para preservar suas identidades, apesar de que a maioria se disponibilizou a se identificar em seus relatos e fotos, se necessário.

acompanhado: Sr. M (62 anos, sem escolaridade)

- Casa Santo André: Rua das Graças, 149. Bairro Santo André.

Idoso acompanhado: Sr. I (Administrador de empresas, 65 anos; ensino superior)

- Pastoral de Rua (atendimento à comunidade): Rua Além Paraíba, 208. Bairro Lagoinha.

Idoso acompanhado: Sr. W. (63 anos; ensino fundamental incompleto); Sr. J. R (59 anos, ensino fundamental incompleto)

- Av. Bernardo Monteiro: entorno da Faculdade Arnaldo: 02 pessoas que optaram por não se identificarem, nem mesmo pela letra inicial do nome e idade correta (uma delas pescador e coletor de cacau, na Bahia; outra vendedora ambulante, em semáforos; ambas ensino fundamental incompleto – entre 55 e 60 anos).

Na segunda etapa do projeto, no segundo semestre de 2022, foi realizado o recorte fotográfico das cenas das ruas do entorno da Faculdade Arnaldo, objetivando comparações reflexivo-críticas entre os relatos coletados dos idosos e as cenas da realidade.

### 3.4 Um recorte dos Resultados: sobre as vozes dos idosos em situação de rua

Os resultados são recortes das vozes de idosos em situação de rua, as quais denotam a debilidade do suporte governamental, para a resolução de quesitos que tangem às condições de sobrevivência básica mínima e de dignidade humanas. Embora tais quesitos estejam assentados nos direitos cidadãos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/1º outubro de 2003) e do Decreto n. 7.053 de 23/12/2009, que reza sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua, eles não se fazem reais e palpáveis para estes cidadãos e cidadãs, segundo eles próprios, havendo um abismo entre o que são direitos humanos, estabelecidos pela Constituição, e as realidades do povo em situação de rua. Cada aspecto relativo aos resultados encontrados foi articulado aos relatos dos participantes, no intuito de sublinhar, por meio de suas próprias vozes, as condições de vulnerabilidade social extrema, bem como expectativas de vida. Tiveram-se, assim:

**Motivos relacionados à situação de rua:** desemprego durante a vida; desemprego durante a pandemia COVID-19; não recebimento de aposentadoria, por não se ter tempo suficiente de trabalho formal; perda dos pais, durante a infância e adolescência, havendo abandono por parte de outros familiares; vínculos familiares fragilizados ou interrompidos; uso abusivo de álcool e/ou outras drogas e dependência química.

Os motivos de ir para a rua são sempre uma soma, mas o que mais pesou foi o desemprego, falta de dinheiro para manter a família e a casa, daí começam as brigas e o uso de bebida aumenta, também. Então, isto tudo foi formando uma bola. É uma soma. Eu tenho filho, mas ele mora em outro Estado e tem a vida dele com a mulher, não dá pra morar com ele. Fiquei na rua muito tempo e não dei certo com em abrigos, nem de pernoite. (SR. T – OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA – MAI. 2022).

Eu sempre vivi sozinho, desde os nove anos... Sabe, eu perdi minha mãe muito cedo e desde então eu tô por aí. Não tive estudo e condição de trabalho, então o jeito foi este (Yy opção por sigilo – Av. Bernardo Monteiro- junho 2020)

Eu perdi emprego, fui preso por engano, por algo que não cometi, voltei pra casa e não deu certo com a esposa, a gente brigava, discutia sem parar, eu bebia muito; não consegui emprego. Ninguém emprega ex presidiário. Aí eu fui pra rua, pra não depender de ninguém. Ela ficou com as filhas, que, hoje, são todas estudadas e bem empregadas. Mas, não deu para eu voltar pra casa porque a gente separou mesmo e a convivência não era boa, e as filhas têm a vida delas, que elas têm que cuidar, não dá pra ficar cuidando do veio aqui. Fiquei muito tempo na rua e agora eu tô aqui na ocupação que a Pastoral arrumou pra mim. (SR. N – OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022)

- **Falta de proteção, segurança e de condições de alimentação, quando se está nas ruas;**

Para o velho as coisas são mais difíceis, ainda, pois ele não tem força nem para proteger seus pertences. Ele é roubado e fica por isto mesmo, ele apanha e fica do mesmo jeito. Ele não corre atrás do ladrão, não consegue. Come restos do lixo, se é roubado, porque não tem de onde tirar para comprar comida, vai sendo ajudado pelos irmãos da rua, um ajuda um dia, outro ajuda outro dia ou fica ao Deus dará, mesmo. Ninguém vê o velho não, todo mundo passa e ninguém enxerga a gente.. A gente não tem força pra se cuidar e as autoridades não têm força para proteger os velhos. Mas, não têm porque não querem. Pra que, né? Deixa morrer pra lá, não serve pra mais nada...Já trabalhei muito, fiquei jogado na rua por muito tempo, até que a Pastoral me

arrumou este canto aqui. (SR. N – OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022).

- **Violências psicológicas e físicas e preconceitos raciais e de classe;**

As violências são de todo tipo: de marginal, que quer o que você conseguiu com trabalho; de colegas que você acha que é colegas, mas não é, ficam noiados e te atacam; de polícia que acha que você é marginal, porque você tá na rua, isto é o que mais acontece. E, se o cara é preto é pior. Você é abordado, sem fazer nada, só porque não tem casa pra morar e se é preto piorou. (SR.W. COMUNIDADE PASTORAL DO POVO DA RUA, MAI. 2022).

Na calada da noite que a gente sofre muita violência, é muito comum a gente ficar acordado à noite e dormir durante o dia, os mais velhos é que é alvo. Quando a gente é forte e grande, ainda espanta os vagabundos, mas os mais fracos não enfrentam eles. É muito comum a gente ficar na vigilância à noite pra não ser violentado, por vagabundo, que não quer trabalhar, por colega drogado; mas por “guardas”, também, (“os homens”) que acham que quem tá na rua é porque quer e não porque não consegue ter uma casa alugada, porque não consegue emprego. E, se o sujeito é preto, igual eu aqui, tem mais preconceito, ainda. E, o pior, a gente acaba ficando mau pra se defender. A gente tem que aprender a lidar, para não sofrer tanto, mas, também um ajuda o outro, tem muito irmão, também. Mas, isso não é vida não! (SR. T. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022)

- **Falta de trabalho e alimentação, o que leva à fome, ao desespero e ao consumo abusivo de drogas, principalmente de álcool e crack;**

Os mais velhos não conseguem trabalho por vários motivos: não têm força e o trabalho da rua é mais pesado; preconceito da idade e tudo mais. Daí, ficam sem dinheiro para comprar o pão, não sobra muita coisa a não ser esperar morrer, então a cachaça mata a fome e, também, faz dormir. O crack põe você com energia, pois a gente não tem, você fica ali alegre, pelo menos um tempo. O álcool é dois em um, né? Dribla a fome e faz a gente dormir, pra esquecer, e acaba que o dia passas mais rápido. Hoje, não bebo mais, desde que vim para a Ocupação, mas já enterrei a cara no álcool e é o que mais a gente vê na rua. Aí, vem o povo da redução de danos de drogas, da Prefeitura, só que danado a gente já tá, não resolve. Quando a gente tá na rua álcool é remédio. Não tem mais nada pra fazer não, aqueles papos não dão teto, não dão comida e trabalho. Quem tá na rua quer é casa e trabalho, é isto que resolve. Se vocês quiserem falar isto para as autoridades é bom, porque é disto que a gente precisa: trabalho e moradia. Com a moradia o resto acaba se ajeitando. Se vocês quiserem vir aqui a noite, um dia destes, a gente pode até fazer uma roda de conversa, não tem ninguém que vai falar outra coisa, todo mundo vai falar é isto aí: trabalho digno e casa para morar, mas disso a prefeitura e as outras autoridades não quer falar. (SR. T. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI 2022).

O povo não quer morar na rua, a questão é que a gente não tem condições de moradia, porque não tem trabalho e não tem trabalho porque não teve estudo e não teve estudo porque é pobre, na maioria das vezes. Aí, não consegue aposentar e tem que ficar fazendo bico até morrer. Já ajudei, com minhas carroças, muitos jovens a ir para o caminho do trabalho e não para a perdição, para o uso das drogas, para o roubo. Mas, falta amor do ser humano, para cuidar das pessoas. Imagina o que será destes jovens que tá na rua, quando tiver minha idade. Eu cheguei recente, aqui na ocupação, é provisório, mas eu não esqueço meus irmãozinhos que estão lá não, posso estar lá de novo, também. Fiquei muito tempo na área dos hospitais ali, conheço até o prédio da Faculdade de vocês. (SRA. C. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022).

- **Inexistência de banheiros públicos na cidade, para atender às necessidades fisiológicas e de higiene;**

A gente faz as necessidades em qualquer canto, não porque a gente quer, mas porque não tem lugar apropriado, a gente parece animal e as autoridades não tá nem aí, para a gente não. Escorraça a gente de um canto para outro, mas não fazem nada para atender o povo da rua. Vem os homens e expulsa a gente de um canto para outro, como se a gente fosse nada, um cão vira-lata. Se eu pudesse eu pagava pra entrar num banheiro e fazer minhas coisas lá, mas a gente tem que guardar os trocados pra matar a fome. (SR. W. PASTORAL DO POVO DA RUA, MAI. 2022).

A gente vive como bicho, evacua por ai, faz xixi por ai, toma banho de caneca e de lata, no meio da rua e de roupa. Já pensou o que é isto? Onde as autoridades acham que a gente deve fazer as necessidade? É na rua mesmo, né? XX OPÇÃO POR SIGILO, AV. BERNARDO MONTEIRO, JUN. 2020).

- **Falta de água potável, em lugares acessíveis, para a população saciar a sede, cozinhar e se banhar, sendo que contam mais com as doações de ONGs, para tal;**

A gente não tem acesso à água fácil, a gente pegava em algum cano clandestino, daí se os homens da Prefeitura descobrem vêm e tampam. Às vezes, algum comerciante facilita pra gente, mas é tudo clandestino. Não é difícil ver briga por causa de água. A gente vive na economia para não ficar com sede. Tem uns que rouba a água à noite. Quando as ONGs vêm doar, muitos prefere água invés de comida. A gente, muitas vezes, pergunta se eles têm água e não comida porque comida é mais fácil de arrumar. Os rato, também, rouba a água da gente a noite, de velho ele rouba de dia mesmo, sem dó. (SR. T. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022).

- **Falta de estrutura física, especialmente, para higienização, alimentação e orientação educativa no período de pandemia COVID-19;**

Não teve período mais terrível que este da pandemia da COVID-19, era muita falta de dignidade humana. Tá na rua já é falta de dignidade, mas ficar sozinho na rua, sem ninguém para amparar e informar foi mais terrível, ainda. Pergunta se alguma autoridade veio oferecer formas de higienização e orientação. Falaram pra lavar as mãos, colocaram umas torneiras aqui e acolá. E, o que isto adiantava, diante de tanta contaminação que o povo vive? E, onde tava a água para lavar as mão? O povo não sabia. A fila para alimentação era um tumulto só, todo mundo sem máscara, sem banho, sem higiene. Quem mais deu socorro foi a Pastoral. Não tinha ninguém na rua e o medo da gente era ainda maior pelo povo que passava, porque a gente assusta quem tem casa. Eu já tive casa, casa boa, emprego, marido dono de empresas, perdi tudo e aqui tô eu, sem casa. Pode acontecer com qualquer um. Mas, tenho dignidade e não perco ela e ajudo para que o povo que tá sem casa não perder a alegria e a dignidade. Já ajudei muito jovem a sair de coisa errada. Agora, estou aqui na ocupação, mas não esqueço dos meus irmãozinhos que estão lá e precisam de mim, todos lá na avenida do centro. (SRA. C. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022).

A pandemia COVID-19 trouxe muito desemprego, o povo não consegue pagar o aluguel. Debaixo do viaduto aumentou o número de pessoas, eu já tive lá, não tô mais, mas vou lá e vejo os colegas que, ainda, não saiu. Vivem indignamente, querem trabalho, mas não têm, não vão para casa de uma parente, de um filho porque não se entendem. Neste período ninguém sabia quem tava infectado, nem tinha como saber, simplesmente a gente já era largado, na pandemia fomos mais largado, ainda. Não tinha ninguém nas rua pra ver o povo da rua, na pandemia, a ordem era “fiquem em casa”, e aí o povo da rua foi mais esquecido, ainda. Só que o povo da rua não tinha casa pra ficar. As autoridades devia cuidar mais do ser humano! É muita falta de dignidade. É isto que os homens do governo têm que ouvir: enxerguem e escutem o povo da rua, a gente quer trabalho e casa... (SR. J. R. PASTORAL DO POVO F RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

Quem não tem casa não dava pra ficar isolado em casa, a gente da rua não foi incluído neste cuidado não. Então, morreu gente adoidado nesta pandemia de Covid-19, todo mundo jogado, sem cuidado do governo com a gente. (SR.. J.R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

- **Falta de estrutura em alguns centros socioassistenciais de acolhimento da Prefeitura, ficando os idosos sujeitos às doenças, dadas as condições insalubres de higiene, além de que não tenha albergues específicos e com vagas suficientes, para a população idosa;**

É melhor, muitas vezes, dormir no relento do que ocê ficar sujeito a um

espaço que ocê vê que mais contaminado do que a própria rua, muitas vezes, entrei e sai, porque a coisa tava de dar nojo, muita barata, percevejo, cheiro ruim, pior que na rua. Além disso, o velho ali não tem prioridade em nada, é tratado de igual para igual, ali não tem estatuto não. É a lei da sobrevivência. (SR. J.R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

Sr. M Abrigo Pompéia (jun. 2020) “É nojento, não dá pra ser tratado como animal e ser jogado em um abrigo, me recuso a ir, há falta de limpeza e má estrutura”.

Muito idoso morre de frio, de fome, de desnutrição, de doença de rato e morreu muita gente agora, no período da COVID, por falta de abrigo, de vaga, de cuidado com o povo, que ficou na rua sendo contaminado. Não cabe todo mundo e além disto, a gente pega muita doença lá, também. (SR. J.R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

- **Extrema dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido à falta de endereço, o que desperta desconfiança dos empregadores. Alguns disseram conseguir “bicos” após desenvolverem uma relação de confiança com os proprietários dos estabelecimentos comerciais, ao redor de onde estão alocados, mas sempre um trabalho muito instável.**

A maioria não consegue emprego e desistem do trabalho, por causa das experiências de preconceitos, aí se joga no alcool e uso de cocaína, crack e outras drogas. E usa porque parece anestesiar o frio, a fome, o desespero e o próprio tempo que não passa. Eu fui um destes aí. Hoje não bebo mais. A falta de emprego gera um círculo vicioso, pois sem emprego não há como sair da rua, não há como comer e beber. Graças a Deus não bebo mais, mas já fiz muita coisa atrapalhada. Se o cara não tem endereço você daria emprego pra ele na sua casa? Se ele dá um endereço de Abrigo ou albergue você não desconfia? Todo mudo tem preconceito. Ninguém coloca um sujeito da rua dentro de sua casa, nem ele sendo velho, sem desconfiança, pois confundem o povo da rua com ladrão e sem caráter. Por que a Prefeitura não cria várias cooperativas para o trabalho, de várias especialidades, para este povo? Tem tudo quanto há de mão de obra deste povo, aí. Por que não aproveitam? Eles ia tirar o povo da rua e não ia precisar de ter vergonha de mostrar que a cidade tá cheia de gente sem casa e desempregada. Tem muito profissional bom, na rua, muita gente precisando trabalhar, bom de ser aproveitado. Fui alvo de preconceito, também, mas com o tempo fui conseguindo a confiança das pessoas que ofereciam serviço. Tem que fazer assim, indo pela confiança que vai adquirindo. Ficava ali no centro, rodeando e mostrando que eu era um bom sujeito, de confiança. (SR. T. OCUPAÇÃO FORTUNATA. MAI. 2022).

A gente não tem frente de trabalho, a gente sabe trabalhar, quer trabalhar, mas não tem oportunidade e isto acontece, principalmente, pra quem não tem

endereço ou tem endereço de abrigo porque tem muito preconceito. A gente vive de bico, mas dá só pra comer, não dá para pagar aluguel. Se a Prefeitura, ela mesma, arrumasse um trabalho pra gente, fizessem parceria com umas empresa e inscrevesse a gente, seria um jeito bom da gente arrumar trabalho, sem menos constrangimento porque é sofrido. Vai indo a gente a até esmorece. A Prefeitura devia expandir as cooperativas e dar trabalho pra esta juventude sem casa por aí, pois senão vão chegar igual eu assim. (SR. N. OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022).

- **Dificuldade de conseguir aposentadoria, devido a longos espaços de tempo sem trabalho formal;**

A gente fica muito tempo sem trabalho, com carteira assinada, vivendo de bico, aí quando a força falta na velhice, fica com uma mão na frente e outra atrás. Tem uma sobrinha minha mexendo com uns papeis, mas até sair deve levar uns cinco anos, aí eu acho que já até morri. Acho que nem vale a pena, estou desanimado com isto. Aí vivo com o auxílio da bolsa mesmo, vivendo como posso. A gente vai vivendo, compro as comidas, pago minha conta, ainda sobra pra minha cachacinha e o cigarro, que não fico sem. O resto a gente vai se virando com um bico aqui e acolá, mas as pernas já nem aguentam mais. (SR. N. OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022).

“Eu to desempregado, morei em vários abrigo e alojamento, hoje moro no Bairro Cruzeiro. Fui tratado como escória. Posso participar deste projeto de vocês da Faculdade, pra poder contar um pouco desta história, que é história, também, de muita gente da rua. Você que está coordenando estas outras meninas que estão aqui, também, né? A primeira coisa que é importante é que não temos trabalho, se não tem trabalho não tem aposentadoria e aí a gente chega nesta idade sem uma segurança, mesmo que mínima, para aluguel e alimentação, pra viver dignamente. Quem é o velho? Ninguém! O velho da rua é, ainda mais, ninguém, que o resto, porque é visto como nada. Tenho 59, vou ter que trabalhar mais uns anos, ainda, pra aposentar. Recebo o bolsa e o auxílio BH, mas eu queria mesmo é emprego digno, para aposentar. Vou entrar nos 60 sem nada e nem vou conseguir emprego com esta idade”. (SR. J.R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

- **Falta de vagas e flexibilidade para a chegada nos espaços de acolhimentos institucionais, para atender, especialmente os horários de trabalho;**

Se disserem que tem vaga pra todo mundo, isto é, mentira, a gente vai e fica esperando e volta pra trás, muitas vezes. Esgotou, é isto que dizem. E, além de tudo às vezes a gente não consegue chegar no horário porque a gente tem que finalizar o dia de trabalho de bico. Então, entre dormir uma noite e ganhar um trocado a mais, a gente escolhe o trocado, pra se manter, daí não

dá para chegar no horário determinado, muitas vezes acontece isto. (SR. W. PASTORAL D POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

- **As moradias provisórias que dão maior conforto e segurança, porém, ainda, não proporcionam dignidade humana integral.**

A nossa saída da rua feita pela Prefeitura ou pela Pastoral, sem dúvida é uma benção e uma estratégia, é um começo para melhorar as coisas. Sabe como que é, né? Mas, ainda não é totalmente dignidade humana porque é provisório, você fica na dúvida se aquilo vai dar certo e muitas das vezes não dá certo. O auxílio moradia é o mais certo e se a gente tivesse trabalho, uma fonte de renda a gente se sentia mais gente, mais digno. Sabe? Por que o governo, ainda, não se mobilizou com estas duas coisas básicas na vida do ser humano? (SR. J. R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2020).

- **Sobre educação: há vontade de aprender a ler e escrever, mas não há programas específicos, para pessoas mais velhas, em situação de rua.**

A gente tá mais velho, mas o sonho continua. Eu não sei ler nem escrever e tem gente aqui na Ocupação na mesma situação. Se tivessem um projeto de ensinar a ler e escrever seria muito bom. Se as autoridades olhasse para os sonhos dos mais velhos, enxergasse que a gente precisa e tem direito de realizar as coisas, tudo seria diferente. Eu gostaria que tivesse um projeto deste aqui na ocupação. (SR. T. OCUPAÇÃO FORTUNATA, MAI. 2022).

Mensagem às autoridades: Cuidem da causa e não do efeito, invistam na educação do nosso país. E, cuidem dos sonhos dos mais velhos, também, ainda não morremos. Queremos educação que foi esquecida e que, ainda, esquecem. Meu sonho é aprender muito, gosto de estudar. Eu tô velho, mas não tô morto! (SR. I. CASA SANTO ANDRÉ, JUN. 2022).

- **A velhice que chega mais cedo para quem está em situação de rua e a importância de uma política de cuidado para tal.**

A vida na rua não é fácil não, a vida na rua é pra quem pode e não pra quem quer. A gente tem que escapar da fome; da sede; do frio; da insegurança; de ladrão; do calor; daquele olho de preconceito da cor e da pobreza, da maioria do povo que passa olha e não vê a gente como gente;; das doenças; dos ratos, que disputa nossa comida; de baratas; de sujeira. A gente aprende a

driblar isto tudo e muito mais. A gente só não dribla a idade, porque a idade para o povo da rua chega bem mais cedo. A vida na rua é uma realidade morta, a velhice chega antes de você viver. Então, a gente fica acabado mais cedo, sem força, olha aqui minhas pernas, a dificuldade que tenho. Na rua a gente fica velho depressa e é bom as autoridades saber disso porque velho dá problema e eles vão ter que cuidar é de muita gente nova que ficou velha, antes do tempo e o pior é que a gente sem trabalho fixo não aposenta. Eu vou morrer antes disso acontecer pra mim. (SR. N. OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022).

- **A necessidade de uma política governamental mais eficaz de atenção ao povo da rua e, em especial, aos idosos.**

O povo da rua precisa de uma política que funcione de fato, que não fique só no papel, no papel tem tudo que a gente precisa, a gente que é idoso, principalmente: moradia, emprego, alimentação, educação, saúde. Mas, o povo que tá na rua não tem nada disso. Para o idoso piorou. Você acha que alguém quer morar na rua? Ainda mais idoso? Foi pra rua por algum motivo, mas ninguém quer ficar na rua, todo mundo quer uma casa, para ir depois do trabalho, da luta. Quer tomar um banho, quer uma cama, quer proteção e sossego pra dormir, que comer em paz, comida limpa e cheirosa. (SR. J. R. COMUNIDADE PASTORA DO POVO DA RUA, MAI. 2020).

Que o governo possa enxergar que as pessoas em situação de rua, também, são gente e que todos tenham a mesma oportunidade que tivemos vindo para a Ocupação Irmã Fortunata. Tem muita coisa pra melhorar, ainda, pois aqui é provisório, mas nossa vida mudou aqui. Eu não quero nunca mais passar o que passei lá no centro da cidade. (SR. T. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022).

#### 4 BREVES DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS

O processo de realização, como Mattos (2005) aborda, é aquele no qual o sujeito, por não possuir uma moradia fixa, habita transitoriamente espaços públicos, albergues ou pensões, sendo esta expressão utilizada para enfatizar o aspecto processual da passagem pela rua como um momento da biografia individual e não como um estado permanente.

Segundo relatos dos participantes do Projeto “Re-tratos”, este processo de realização não se constituir como um estado permanente é o que é esperado por eles, desde suas entradas nesta situação, rua, tendo-se como expectativas principais de vida uma moradia fixa; trabalho digno, para os que ainda dão conta; e o direito de uma

aposentadoria, para a sobrevivência digna. Contudo, reconhecem em suas lutas a dificuldade de saída de tal situação, já que mesmo a busca por uma moradia provisória, seja em abrigos e/ou ocupações tenha sido resultado de longas trajetórias de lutas, que incluem anos e não apenas dias ou meses, para a maioria.

Os participantes escutados apontaram que o resultado de uma moradia provisória e/ou fixa tem se realizado, especialmente, em função da mediação da Pastoral do Povo da Rua e não por uma luta acirrada do governo, em prol do povo. Constataram, também, que a moradia provisória é uma estratégia que traz, com certeza, mais conforto e segurança do que a rua, mas não a dignidade integral humana, entendendo-se que o plano do governo deveria incluir uma proposta de moradia e de trabalho para o povo mais pobre, para que não se chegue à velhice sem condições de segurança e proteção mínimas, como garante a Constituição Federal. Como aponta um dos idosos participantes:

A nossa saída da rua, feita pela Prefeitura ou pela Pastoral, sem dúvida é uma benção e uma estratégia boa, é um começo para melhorar as coisas, pra gente. Sabe como que é, né? Mas, ainda não é totalmente dignidade humana porque é provisório, você fica na dúvida se aquilo vai dar certo e muitas das vezes não dá certo, por causa de várias coisas. Muita gente não se adapta.. O auxílio moradia é o mais certo e se a gente tivesse trabalho, uma fonte de renda a gente se sentia mais gente, mais digno. Sabe? Por que o governo ainda não se mobilizou? Tem muito adulto e jovem aí que vai ficar como eu assim, sem nada e isto só vai aumentar porque a população idosa tá crescendo no mundo todo. Velho só aumenta e as crianças tão diminuindo (SR. J. R. PASTORAL DO POVO DA RUA COMUNIDADE, MAI. 2022).

Apesar de que os participantes tenham relatado diferentes motivos para a incursão no processo de rualização, há em comum, para a maioria, a condição de extrema pobreza, aliada à dificuldade de acesso aos bens de serviços públicos básicos, como saúde e educação; dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por falta de formação; dificuldade nas relações interpessoais familiares por estarem fragilizadas ou rompidas; abuso e dependência de álcool e outras drogas. Relataram, todos os 7 participantes negros que são vítimas da discriminação de raça e classe e de desigualdade social. Os preconceitos racial e de classe se arrastam na história de seus percursos na rua, sejam pela população, de modo geral, ou por policiais, que abordam, especialmente, os negros, que, segundo relatos, são confundidos com

marginais. Disseram enfrentar, com a entrada na velhice, problemas ainda mais atenuados, dadas as perdas de potenciais vitais da própria idade, não havendo forças para lutar contra a violência física e/ou psicológica, vivida nas ruas. Confirmou-se, deste modo, que a pobreza extremada e a falta de acesso aos direitos constitucionais desta população são, permanentemente, violados e distanciados de suas realidades. E, que o racismo estrutural da sociedade brasileira acentua, ainda mais, as desigualdades sociais, aumentando o sentimento de não pertencimento destes sujeitos à cidade e à vida. Dos 9 participantes 7 são negros; 5 dos 7 possuindo ensino fundamental incompleto e 2 sem escolaridade; sendo afirmado por eles que a extrema pobreza dificultou a formação para um trabalho especializado e formal, já que a vida laboral iniciou-se, ainda, quando crianças. Acentuaram, também, que esta condição somada à questão do preconceito racial e de classe resultou numa vida de exclusão social.

Ser preto, pobre e andarilho é um problema grande. Vocês nem têm ideia o que a gente passa porque a visão dos de fora é que a gente é só preguiçoso, pedinte, vagabundo, que a gente tá na rua porque quer, num sabem do nosso sofrimento. Agora, ser preto, pobre, andarilho e velho a situação é ainda pior. A gente olha prá traz e se pergunta: o que foi a minha vida? E sei que grande parte disso tudo foi a falta de estudo, de formação, pra conseguir um bom trabalho. (SR. T. OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA, MAI. 2022).

A gente se sente um nada, um passa outro passa e não enxerga a gente e sendo preto todo mundo desconfia. É até estranho vocês estarem aqui preocupados em saber o que a gente pensa e sentando junto com a gente assim, pra conversar. Muita gente não tá aí pra o que a gente tá passando não. (SR. N. OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2020).

Por outro lado, os 2 participantes - uma mulher e um homem declararam possuírem ensino médio e ensino superior completos, respectivamente -, que eram empresários, anunciaram que a situação de rua pode abarcar, também, embora minoritários, outros perfis, que apesar de diferenciados em sua origem passam a sofrer as mesmas consequências danosas da rua como qualquer outra pessoa nesta situação.

Constatou-se, também, que esta população sobrevive aos aspectos de extrema pobreza, com vulnerabilidade social relacionada a múltiplos fatores de riscos, tendo-

se como principais problemas de causas de mortes, segundo seus relatos, o uso de álcool e outras drogas, desnutrição, doenças respiratórias, Aids, além da atual COVID-19, que resultou em inúmeras vítimas, especialmente, por falta de condições sanitárias e de cuidados à saúde. O relato de um dos participantes apontou que não houve a mínima condição de proteção, para as pessoas em situação de rua, no período pandêmico, pois:

Quem não tinha casa não dava pra ficar isolado em casa, a gente da rua não foi incluído neste cuidado não. Então, morreu gente adoidado nesta pandemia de Covid-19, sem um cuidado especial do governo, com a gente. Todo dia a gente ficava sabendo de um e a gente só lamentava, pois não tinha nem como ir no enterro. Imagina velho com COVID, se os novinhos tavam morrendo imagina os velhos. (SR. J. R. COMUNIDADE PASTORAL DE RUA, MAI. 2022).

Constitui-se como prerrogativa do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) a garantia do Estado em relação a proteção à vida e à saúde, por meio de implementação de políticas sociais públicas, que assegurem um envelhecimento digno. Então, questiona-se, neste sentido: o que tem feito o Estado em relação a estes idosos em situação de miserabilidade, ou seja, que não estão providos da proteção, capaz de lhes assegurar a manutenção das necessidades básicas de vida? Estaria o Poder Público despreparado ou desprovido para atender aos preceitos legais?

Dado o crescimento populacional de idosos, no mundo, no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte, parece pertinente, também, avaliar o potencial do Estado em lidar com esta realidade, ampliando as políticas de cuidado, especialmente, devido ao fato de que seja realidade que o povo da rua envelhece mais cedo do que determina a lei dos 60 anos.

Não por acaso visou-se, neste trabalho, escutar, também pessoas que não tivessem, ainda, os 60 anos completos e, por este caminho, escutou-se sobre suas ansiedades relativas às impossibilidades e dificuldades, especialmente, em relação à aposentadoria, devido ao tempo insuficiente de trabalho formal, contudo já sem saúde psicológica e física, para o labor. Como bem aponta o Sr. N-Ocupação Anita Santos:

A vida na rua é uma realidade morta, a velhice chega antes de você viver. Então, a gente fica acabado mais cedo, sem força”. Na rua a gente fica velho depressa e é bom as autoridades saber disso porque velho dá problema e eles vão ter que cuidar é de muita gente nova que ficou velha antes do tempo

e o pior é que a gentesem trabalho fixo não aposenta. Eu vou morrer antes disso acontecer pra mim. (SR. N. OCUPAÇÃO ANITA SANTOS, MAI. 2022).

Deste modo, pergunta-se: Qual será o potencial do Estado para lidar com o contingente populacional, em situação de rua, que envelhece mais cedo e adocece mais, dadas as condições desfavoráveis de vida?

Um outro aspecto fundamental retratado pelos participantes, em suas histórias de vida, é o que diz respeito à rualização como parte de um círculo de pobreza, falta de escolarização e inserção prematura no mercadode trabalho, tendo-se como resultado uma ocupação profissional desqualificada e nômade. Mediante a tal contexto, pode-se considerar que o modo de inserção no mundo do trabalho retrata o processo de rualização, atualmente, vivida pelos idosos. A situação de rua que dá margem aos preconceitos raciais e de classe, por parte dos contratantes, os coloca na situação de desemprego, afastando-os da condição de aposentadoria e melhores condições de vida na velhice, contando assim, apenas com os auxílios governamentais, que, muitas vezes, são divididos com parentes, que necessitam de ajuda, especialmente, os filhos e netos. Diante disso, os participantes são unânimes em pontuarem que é preciso uma Política de trabalho para o povo da Rua, num sentido de criação, por exemplo, de cooperativas e/ou parcerias com empresas, para a empregabilidade, geração de renda e possível saída da rua.

O povo que está na rua quer é trabalho e moradia, quer vida digna, quer ser gente como todo mundo. Cadê as frentes de trabalho pra esse povo? Cadê as cooperativas que poderiam ser criadas? Tem muita gente que sabe e quer trabalhar aí, mas não tem condição de ser autônomo ou de conseguir um trabalho por causa do preconceito. A gente não tem endereço pra dar para o patrão. E, aí? (SR, J. R. COMUNIDADE PASTORIAL DO POVO DA RUA, MAI. 2022).

Indaga-se: o governo tem efetivado propostas eficientes e suficientes de geração de trabalho e renda para o povo da rua, no sentido do seu desenvolvimento e busca de autonomia cidadã?

Ainda, como aspecto crucial à prevenção e/ou diminuição do número de pessoas em situação de rua, os participantes enfatizaram a importância da educação pública e formação profissional, para os mais pobres, posto que a dificuldade de emprego, da maioria, se deveu à falta de oportunidade de estudos, gerada pela pobreza, e que os colocaram cedo no mundo do trabalho. Muitos não são, inclusive, alfabetizados, como pondera o Sr.T, contudo, ainda, sonham em saber ler e escrever,

devendo as Políticas Públicas da Educação, segundo eles, possibilitarem ao povo da rua tal direito, mesmo após aos 50/60anos.

A gente tá mais velho, mas o sonho continua. Eu não sei ler nem escrever e tem gente aqui na Ocupação na mesma situação. Se tivessem um projeto de ensinar a ler e escrever seria muito bom. Se as autoridades olhassem para os sonhos dos mais velhos, enxergassem que a gente precisa e tem direito de realizar as coisas, tudo seria diferente. Eu gostaria que tivesse um projeto deste aqui na ocupação. (SR. T- OCUPAÇÃO IRMÃ FORTUNATA – MAI., 2022).

Com relação às demandas emergenciais as quais carecem o povo que está em situação de rua é consenso da realidade vivida a falta de estrutura física mínima, na cidade, para acesso a água potável para beber e cozinhar, instalações sanitárias para higienização e para a realização das necessidades fisiológicas. Relataram que passam dias sem se banharem e que economizam a água para beber ou cozinhar. No que diz respeito ao acesso à água, segundo os participantes, o povo conta mais com doações realizadas por ONGs, do que propriamente, com o direito constitucional, que deveria estar disponível na cidade, para as cidadãs e cidadãos. Sugerem a instalação de postos sanitários e de bebedouros, em pontos da cidade, para o uso digno por esta população e para qualquer cidadão que destes serviços precisarem, no percurso de seus movimentos cotidianos nas ruas.

Um povo que não tem direito nem de água para beber, tomar banho, lavar suas coisas, cozinhar, é cidadão? A gente usa a roupa até jogar fora e ganhar outra porque não tem água. A gente fica feliz se conseguir pagar para tomar um banho. Isto é direito garantido? A gente fica esperando as doações dos voluntários, daí a gente corre é para água e não para comida que eles trazem. Comida todo mundo dá, mas água não. A gente até vigia a água a noite, pra ninguém pegar. (SR. J.R- DA COMUNIDADE DA PASTORAL DO POVO DE RUA – MAIO, 2022).

Estes “re-tratos” das realidades de idosos, em situação de rua, por meio de suas vozes, denotaram uma distância muito grande entre o que são direitos humanos constitucionais, com garantias de dignidade humana, e a realidade do povo da rua. Então, questiona-se: como o Estado e o Município lidam com o controle urbano e quais são os elementos levados em consideração? Destes elementos quais são prioridade para a população em situação de rua, especialmente, para os idosos?

Os participantes do projeto relataram, também, sobre as condições sanitárias insalubres de alguns centros socioassistenciais de acolhimento, disponibilizados pela Prefeitura, apontando a inexistência de espaços destinados, especificamente, aos idosos, número de vagas insuficientes e acolhimento pouco humanizado, de algumas unidades, havendo necessidade de maior empatia e cuidado humano. Desta feita, afirmaram que, muitas vezes, optam por ficarem na rua ao invés de recorrerem aos centros de acolhimentos.

As violências psicológicas e físicas sofridas pelos idosos, seja por marginais ou, ainda, pela “guarda da cidade” que, muitas vezes, retiram seus pertences, também, é uma realidade vivida por eles, perdendo, muitas, vezes, noites de sono, para cuidarem de si e de suas coisas. Em função da própria debilidade física funcional, segundo eles, por diversas vezes, são vítimas de ataques da própria população de rua, sem nenhuma condição de defesa. Então, estando eles necessitados de ajuda de terceiros optam por permanecerem em áreas mais centrais, mais policiadas e próximas dos hospitais, como é o caso da região (Zona Sul) onde está localizada a Faculdade Arnaldo.

Os recortes dos “re-tratos” das realidades vividas pela população idosa, em situação de rua, até aqui trazidos, revelam o seu distanciamento em relação aos direitos cidadãos instituídos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e pelo Decreto n.7.053 de 23/12/2009, que reza sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Como consideram Ayres *et al* (2003), tais “re-tratos” caracterizam e confirmam que a vulnerabilidade social não é inerente a determinadas pessoas ou grupos, definidos por marcadores identitários (cor, raça, gênero, classe social etc.), mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser alteradas em seus cenários socioculturais, uma vez que implicam o encontro entre bens (materiais e imateriais) e serviços ( programas de assistência social e de saúde), relações sociais e a trajetória de cada pessoa, que é sujeito de discursos e de direitos.

Por esta perspectiva, como já foi demarcado, neste trabalho, citando-se Scot *et al* (2018, p.609), pode-se afirmar que a vulnerabilidade social “perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso ou dispõe e as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar”.

Os “re-tratos” da velhice , em situação de rua, trazidos por meio da voz dos

próprios sujeitos, apontam modos, significados e percepções daquilo que é experimentado pelos idosos, em situação de rua, no cotidiano do Mundo da vida, revelando seus sentidos. Segundo Schutz (2018), sentido refere-se ao resultado de uma interpretação passada, interligada com o agora e com o futuro, numa atitude reflexiva. Os sentidos captam a compreensão acerca dos vividos, operando-se pela linguagem, pela interrelação e trocas sociais ocorridas no cotidiano, criando as ideias sobre o vivido e o percebido e ampliando o mundo da experiência. Desta feita, considera Schutz que os construtos do mundo da experiência do senso comum são a base para os construtos das ciências e por este viés é pertinente ponderar que as vozes aqui enunciadas podem e devem servir para a ponderação e ações de políticas interventivas, em prol da dignidade das pessoas em situação de rua e, em especial, dos idosos em condição de vulnerabilidade social.

## 5 Apontamentos Finais

Discutir o fenômeno da população idosa, em situação de rua, num viés compreensivo-hermenêutico impôs descrever e compreender, por meio das vozes do povo, as suas singularidades, as quais representam os “re-tratos” de tantos outros Srs. N, Srs. T, Srs. J.R, Srs. I, Srs. W, Srs. M, Sras. C, Srs, Yy e Sras. Xy, que apesar de serem cidadãos e cidadãs da cidade, não usufruem de seus direitos de moradia, de trabalho, de aposentadoria, de alimentação, de higiene, de saúde, de proteção e segurança básicas.

Tais “re-tratos” de realidades e perspectivas de vida, de idosos em situação de rua, se mostraram necessárias de “re-tratamentos”, por parte da sociedade e dos representantes legais das Políticas Públicas, no sentido de reconhecerem as vulnerabilidades sociais vividas por esta população, que parece, ainda, não bem enxergadas, escutadas e tratadas de modo mais efetivo.

A experiência com o projeto “Re-tratos” possibilitou alguma elaboração dos retratos das realidades de idosos em situação de rua, de modo a desnaturalizá-las, entendendo-se o direito, especialmente, à moradia, à educação, à saúde e ao trabalho como elementos básicos de inclusão das cidadãs e dos cidadãos da cidade. Assim, considera-se que as políticas de assistência como as moradias provisórias e auxílios governamentais colaboram para a sobrevivência dos idosos, mas não promovem a dignidade humana integral.

Algumas das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos idosos em situação de rua foram conhecidas e pontuadas, neste trabalho, revelando a multiplicidade de histórias comuns de vidas, espalhadas pelos logradouros, viadutos, praças, albergues, abrigos, dentre outros. Acredita-se, por este ângulo, que o fenômeno deva ser tratado de modo visceral e transparente, levando-se em conta as vozes do próprio povo, que, neste trabalho, demonstraram fazer uma chamada sociopolítica interventiva emergencial, para o resgate da dignidade humana.

O projeto “Re-tratos” com um interesse não assistencial, mas sociopolítico, ao oportunizar as vozes cidadãs mostrou-se significativo, para a população escutada:

É diferente esta proposta de vocês, vir aqui escutar a gente, saber o que a gente pensa e vive de verdade, pra levar depois para o estudo e transformar numa coisa boa pra gente. A faculdade é muito importante porque é ela que forma as pessoas do conhecimento. Eu acho que as autoridades até escuta mais, lendo o que vocês escrevem. O engraçado é que vocês vieram doar é o tempo e o ouvido de vocês pra nós e isso é muito bom, vocês estão interessadas de saber o que a gente vive e sofre, na luta pela vida, sentou com a gente e escutou a gente, tão preocupados como tudo aconteceu e parecem que querem mudar alguma coisa. Se não for pra gente que seja para os que vem ai.. (SR. J.R- DA COMUNIDADE DA PASTORAL DO POVO DE RUA – JUN. 2022):

O caminho da extensão é caminho que se faz caminhando rumo às questões sociais que estão postas, mas nem sempre vistas ou cuidadas de modo efetivo. E, o propósito do projeto “Re-tratos”, da Faculdade Arnaldo Janssen foi este: possibilitar alguma visibilidade e algum eco das vozes daqueles que estão às margens da sociedade, sem os seus direitos de dignidade humana protegidos, além de promover para os seus estudantes um olhar e escuta reflexivo-críticos, referentes às problemáticas sociais que os rodeiam, necessárias de posicionamentos transformadores.

Por este viés, mostrou-se fundamental o conhecimento das realidades vividas pelo idosos em situação de rua, do entorno da Faculdade Arnaldo- Unidade Funcionários, por meio de suas vozes, as quais anunciaram e denunciaram que a sobrevivência humana digna para além de ser resguardada pela Constituição Federal, Estatutos e Decretos, deva ser concretizada por meio das políticas públicas efetivas, capazes de minimizar o sistema de desigualdade e de exclusão social.

## REFERÊNCIAS

AYRES JRCM; FRANÇA JUNIOR I; CALAZANS GJ; SALETTI FILHO, HC. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde:** novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA D; FREITAS CM.(Orgs). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 117-39.

BALTES, P. B. Prefácio. In: NERI, A. L. (Org.) **Psicologia do Envelhecimento:** uma área emergente. (pp.09-12). Campinas: Papirus, 1995.

BEAUVOIR, Simone de; **A velhice:** o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal,2016.496p.Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdfm](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdfm). Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. **Política Nacional do Idoso.** Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, Brasília, Distrito Federal. Reimpresso em maio de 2010.

BRASIL. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos humanos. **Síntese da Política para População de Rua.** out. 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>. Publicado em 27/10/2020 10h09 Atualizado em 23/04/2021 16h10.

BRÊTAS ACP, MARCOLAN JF, ROSA AS, FERNANDES FSL, RAIZER MV. **Quem mandou ficar velho e morar na rua?** Rev. Esc. Enferm USP, 2010; 44(2):476-81. Disponível em: [www.ee.usp.br/reeusp/](http://www.ee.usp.br/reeusp/). Acesso em 10/01/2022.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cad. Saúde Pública 2018; 34(3).

Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável - CNDDH. **Violações contra a população em situação de rua no Brasil:** um exercício de análise dos dados do cnddh 2010 a 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/RelatrioFinal2CNDDH.pdf> .Acesso em 10 jan. 2022.

COMITÊ Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política Estadual para População em Situação de Rua. **Recomendações para políticas públicas para pessoas em situação de rua.** Comitê PopRua.Belo Horizonte, 2018.

DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. REVISTA USP, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999.

DILTHEY, Wilhelm. **Ideias acerca de um Psicologia Descritiva e analítica**. Tradução Artur Morão. LusoSofia, Press: Covilhã, 2008.

ELIAS, Nibert. **A solidão dos moribundos**: seguidos de “envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro, JorgeZahar Editor, 2001.

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. **Vidas privadas em espaços públicos**: os moradores de rua em Belo Horizonte. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, n. 90, ano XXVII, junho, 2007.

GERGEN, Kenneth; GERGEN, Mary. **Construcionismo Social**: um convite ao diálogo. Trad. Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

IBGE. Governo do Brasil. **População brasileira chega a 213,3 milhões de habitantes, estima IBGE**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>. Publicado

IBGE. **População**: Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao//index.html>. Acesso em 10/01/2022.

IPEA. NT73. **Estimativa da população em situação de rua** (Set. 2012 a Mar. 2020).

IPEA. NT74. **População em situação de rua, em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Jun. 2020.

KAZTMAN, R. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista de laCEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. Dec. 2001.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.- dez./2011.

BRASIL. Organização da Nações Unidas. **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papirus, 2000. Disponível em: <[PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho velhote, idoso terceira idade. Apud BARROS, M. L. de \(org.\) \*\*Velhice ou Terceira Idade\*\*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1988. p.15.](http://www.https://brasil.un.org>pt-br>sdgs</a>>. Acesso 16 dez. 2021.</p></div><div data-bbox=)

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, n.6, 2001.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Petrópolis: Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

CONCEITO de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018.

TEDESCO, S.; LIBERMAN, F. **O que fazemos quando falamos em vulnerabilidade?** Revista O Mundo da Saúde. São Paulo, v.32, n.2, abr./jun,2008.

UFMG; PADHu. **Relatório técnico científico dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**. (2021).

VIEIRA, M.A.C., BEZERRA, E.M.R., & ROSA, C.M.M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

YIN, Robert K; **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad: Daniel Bueno. Porto Alegre, Penso, 2016.